



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Rede Brasil Atual

# Trabalhadores se mobilizam para julgamento que pode liberar terceirização

**Atos públicos e vigília estão programados para acompanhar sessão do STF que decidirá se terceirização em atividades-fim das empresas é ou não inconstitucional. Empresa questiona súmula do TST**

Trabalhadores de vários setores se concentram em Brasília para acompanhar o julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), de um recurso que pode liberar a terceirização em todas as áreas de atividade. O julgamento está incluído na pauta de amanhã (9) do pleno, a partir das 14h. Diversas entidades já se organizam em vigília para passar o dia em frente ao tribunal. Eles também tentarão convencer os magistrados sobre os riscos para o país de uma decisão no sentido de liberar a prática. O relator do processo é o ministro Luiz Fux.

O processo foi movido pela Celulose Nipo Brasileira (Cenibra), que recorreu ao Supremo depois de ser condenada, perdendo em todas as instâncias, por contratar terceirizados. A empresa questiona a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que veda a terceirização na chamada atividade-fim (principal). O caso começou em 2001. Enquanto os últimos dois dias foram de panfletagens e atos públicos, a programação de hoje inclui um seminário a ser realizado na Praça dos Três Poderes, a partir das 19h, com juristas e especialistas, entrega de memoriais aos ministros e a realização de uma vigília, amanhã, em frente ao prédio do STF – a partir das 8h e até o final do julgamento.

Na avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Roberto von der Osten, os trabalhadores vivem momentos que, a seu ver, “antecedem um desastre”. Segundo ele, se o STF decidir de forma favorável à terceirização em todas as áreas, as consequências serão o que ele chamou de “precarização ampla, geral e irrestrita das relações de trabalho” no país.

“Será uma grave descontinuidade de direitos duramente conquistados. O empregado direto será substituído pelo trabalhador terceirizado que ganha menos, tem menos direitos, é mais atingido pelos acidentes de trabalho, tem um contrato de trabalho de menor duração e encontra mais dificuldades para se organizar em sindicatos”, afirmou.

Para o dirigente, o STF vem prestando “um desser-

viço” aos trabalhadores. Ele citou três casos recentes: “Em menos de 15 dias, votou contra os trabalhadores ao anular a desaposentação, contra a Súmula 277, da ultratividade (também do TST, que assegura a renovação automática de cláusulas sociais, mesmo sem novo acordo; a decisão é liminar), e autorizou o corte de salários de trabalhadores do serviço público em greve”.

### “Proposta criminosa”

A presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira, afirmou que o Supremo tem a oportunidade de proibir uma ilegalidade, que só prejudica o trabalhador. “O terceirizado recebe um salário menor, tem mais rotatividade, tem menos direitos e menos segurança. Na categoria bancária, os trabalhadores nessas condições que atuam em call centers recebem 72% a menos do que um bancário.”

Para o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto, a precarização da terceirização, com subcontratações até na atividade-fim, faz parte da reforma trabalhista do governo Temer, que se alia aos empresários brasileiros e estrangeiros. “O que eles querem é lucro apenas, mesmo que isso venha através da exploração imposta pela precarização, que adoce e mata milhares de trabalhadores com aumento excessivo de jornada e redução das condições de trabalho e de salário. Por isso, colocamos toda força para barrar essa proposta criminosa e vergonhosa.”

O consultor jurídico Sávio Lobato, da CUT Brasília, afirma que a liberação da terceirização fará crescer ainda mais a contratação de trabalhadores subcontratados com salários inferiores. “Além disso, aumentarão os casos de empresas que são de fachada, aquelas que contratam o trabalhador e depois desaparecem sem pagar os direitos trabalhistas deles. Isso sem falar na fragmentação da organização sindical dos terceirizados. Afinal, como se definirá quem representará o trabalhador?”, questionou.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/11/trabalhadores-se-mobilizam-em-julgamento-que-pode-liberar-terceirizacao-em-todas-as-areas-6887.html>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Rede Brasil Atual

# Em busca de apoio dos artistas, Temer gasta mais de R\$ 600 mil com homenagem ao samba

**Assessoria do Palácio do Planalto afirmou que valor desembolsado é o "justo e possível" para um evento do porte da cerimônia de premiação**

No mesmo dia em que Michel Temer autorizou o cancelamento de 469 mil cadastros de famílias carentes e em que outros 654 mil tiveram o benefício do Bolsa Família bloqueado, para fazer economia de R\$ 2,4 bilhões, o presidente aprovou o gasto de mais de R\$ 600 mil para realização de uma festa para 600 convidados, sem licitação, exclusiva para homenagear o samba, na noite de ontem, no Palácio do Planalto, em cerimônia de Entrega da Ordem do Mérito Cultural 2016 a Dona Ivone Lara.

Segundo o Diário Oficial da União, a contratação de uma empresa de eventos custou R\$ 596,8 mil aos cofres públicos. Mas no Diário não aparecem os nomes dos artistas contratados pela empresa carioca Treco Produções Artísticas Ltda.

Além desse contrato, há um outro também publicado no Diário, informando o pagamento, sem licitação, de R\$ 15 mil para Fafá de Belém cantar o Hino Nacional. Entre os artistas que se apresentaram, estava também o cantor de samba Neguinho da Beija-Flor. O valor do cachê não foi divulgado.

Mais R\$ 23 mil foram gastos na compra do livro *Outro*, de Augusto Campos, para presentear os convidados.

Para justificar as dispensas de licitação, o Ministério da Cultura afirma que artistas como, Márcio Gomes, Áurea Martins e André Lara são consagrados pela crítica e pela opinião pública.

A festa fechada ao público teve ainda o presidente Michel Temer e esposa Marcela Temer para animar a plateia.

O agrado para convidados selecionados tem motivos: primeiro, o medo que Temer tem de ser vaiado. A classe artística tem feito protestos contra o governo de Temer dentro e fora do Brasil. A cantora Fernanda Takai disse na coluna de Mônica Bergamo, na Folha de domingo (6), que é "Fora, Temer", e que críticas por apoiar a ex-presidenta Dilma Rousseff não a farão se acovardar.

Caetano Veloso tem aparecido na imprensa segu-

rando cartaz "Fora, Temer".

No sábado (5), a atriz brasileira Sônia Braga criticou o impeachment de Dilma e pediu que os brasileiros defendam a democracia no Brasil. A atriz participou de evento do filme *Aquarius*, na Flórida, nos Estados Unidos: "Há um golpe no Brasil; não é um golpe militar", disse Sonia, em uma conversa com o público após a projeção do filme que se tornou o símbolo contra o golpe.

O segundo motivo são as conversas que correm em Brasília: Temer pode ser retirado do governo ainda em 2017, o novo presidente seria escolhido em votação indireta no Congresso, com os votos dos 81 senadores e dos 513 deputados. Uma matéria do jornal *Folha de S.Paulo* apurou que alguns dos nomes cogitados são o do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Jobim sai em desvantagem por sido consultor da Odebrecht.

A assessoria de Temer afirmou que o valor desembolsado é o "justo e possível" para um evento do porte da cerimônia de premiação. Pode até ser legal. Mas é imoral. Principalmente neste momento em que Temer afirma que não há dinheiro para educação, saúde e para o Minha Casa, Minha Vida.

E assim Temer volta ao tempo do império, quando bailes exclusivos, mas pago com dinheiro público, eram promovidos para a corte do imperador. Lembra o baile da Ilha Fiscal, quando o Visconde de Ouro Preto, braço direito do imperador D. Pedro II teve a "brilhante" ideia de tirar verba do Ministério da Viação e Obras Públicas para promover um baile inesquecível em apoio à família real contra movimentos republicanos. A fortuna gasta no baile equivalia a 10% do orçamento anual da Província do Rio de Janeiro. Deu no que deu. Seis dias depois da festa foi proclamada a República.

Leia mais em:

<http://migre.me/vseBi>

07/11/2016 - Rede Brasil Atual

## M.Officer é condenada por manter trabalhadores em condições de escravidão

**Condenação em primeira instância prevê pagamento de R\$ 6 milhões. Juíza acatou a maior parte dos argumentos dos procuradores e descartou a versão da defesa**

A empresa proprietária da marca de roupas M.Officer, a M5 Indústria e Comércio, foi condenada em primeira instância a pagar R\$ 6 milhões por submeter trabalhadores a condições análogas à de escravidão. A sentença, de 21 de outubro, mas divulgada hoje (7), resultou de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho em São Paulo em 2014 contra a empresa, após oito bolivianos terem sido encontrados em condições degradantes em uma oficina que fazia roupas para a marca.

A juíza do Trabalho Adriana Prado Lima determinou que a M5 pague R\$ 4 milhões por danos morais coletivos e mais R\$ 2 milhões por dumping social (quando uma empresa se beneficia dos custos baixos resultantes da precarização do trabalho para praticar a concorrência desleal). Ela acatou a maior parte dos argumentos dos procuradores e descartou o principal argumento da defesa, de que a empresa não seria responsável pela situação encontrada nas confecções.

Ela determinou, ainda, que a empresa cumpra uma série de obrigações como: garantir meio de ambiente de trabalho seguro e saudável; condições dignas de alojamento e acesso a direitos trabalhistas como piso salarial e anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; respeitar normas trabalhistas referentes a jornada de trabalho; não permitir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, retenção de documentos e trabalhos forçados e não se aproveitar da vulnerabilidade social e econômica dos trabalhadores para reduzir custos com mão de obra.

Para o procurador Rodrigo Castilho, atual responsável pelo caso, a decisão é um marco na Justiça do Trabalho. "O resultado da ação abre um precedente



importante e fortalece a luta pela erradicação do trabalho escravo. Este é o primeiro caso julgado precedente desde a promulgação da Lei 14.946/2013 (Lei Bezerra), que pune empresas paulistas que utilizarem trabalho análogo à escravidão em seu processo produtivo com a cassação da inscrição no Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em sua sentença, a juíza determina também que a decisão seja encaminhada à Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) e à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para que tomem as providências cabíveis para a aplicação da lei.

Segundo o MPT, a M5 utilizava empresas intermediárias para subcontratar o serviço de costura, realizado em grande parte por imigrantes em oficinas clandestinas submetidos a jornadas excessivas em condições precárias, sem qualquer direito trabalhista.

Em um desses locais, descoberto em diligência conduzida no dia 6 de maio de 2014 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em atuação conjunta com MPT, Defensoria Pública da União (DPU) e Receita Federal, constatou-se que os trabalhadores ganhavam de R\$ 3 a R\$ 6 reais por peça produzida e cumpriam jornadas médias de 14 horas (bem mais do que o limite legal de oito horas). Os seis bolivianos resgatados pouco falavam português e viviam com suas famílias no mesmo local de trabalho, costurando em máquinas próximas à fiação exposta, botijões de gás e pilhas de roupas (representando grave risco de incêndio). Alguns afirmaram ainda estar pagando pela passagem ao Brasil com o "salário" recebido pelas peças costuradas, o que, segundo o MPT, poderia ser indício de tráfico de pessoas para fins de trabalho.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Vermelho

# Tânia Bacelar: PEC 55 e a máquina brasileira de produzir desigualdade

A PEC 55 (antiga 241) é insustentável. Cedo ou tarde amplos setores da sociedade devem se unir aos milhares de estudantes que ocupam escolas e universidades por todo o país para barrar a agenda que ela propõe: manter um Estado que tira riqueza de quem não tem para financiar quem não precisa. Se ainda não o fizeram é porque existe um debate interdito no Brasil sobre as verdadeiras causas do déficit público e de quem deve pagar a conta pelo ajuste.

O diagnóstico é de Tânia Bacelar, 73 anos, professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco e uma das mais importantes economistas e pesquisadoras do Brasil. Você não vai vê-la na tela da Globonews analisando a conjuntura num programa de William Waack. Tânia não fala pra quem não sabe ouvir. Ela está onde sempre esteve: confrontando o pensamento econômico hegemônico no Brasil que só enxerga números e estatísticas e não vê gente.

Na sexta-feira (4), Tânia Bacelar levou seu pensamento crítico ao clube Universitário, no campus da UFPE, para uma análise dos impactos da PEC 55 sobre a educação e a saúde. A PEC congela por 20 anos os gastos sociais do governo federal. A economista fez um histórico sobre o processo de financeirização do mundo e do Brasil e tirou o véu que esconde as verdadeiras causas do desequilíbrio das contas públicas. Ela não poupou nossas elites políticas, empresariais e acadêmicas e seu ranço colonialista. “ Não têm um projeto de soberania nacional. Mas de submissão ao capital estrangeiro” .

A Marco Zero Conteúdo acompanhou a palestra de Tânia e o debate que se seguiu com as mais de duzentas pessoas presentes ao evento, entre professores, estudantes e funcionários da UFPE. Quatro centros do campus estão ocupados por estudantes contra a PEC 55 e a reforma do Ensino Médio. Com base nas falas da economista, organizamos uma espécie de roteiro econômico para ajudar o leitor a entender melhor como funciona a máquina da desigualdade no Brasil e o que o governo Temer e seus aliados escondem dos brasileiros para justificar o injustificável.

### A financeirização do mundo

A economia funciona em duas esferas: a esfera produtiva e a esfera financeira. A esfera produtiva foi muito dinâmica no pós Segundo Guerra. E o Brasil foi

um dos países mais dinâmicos do mundo neste período. Mas isso acabou nos anos 1980, quando a esfera financeira passa a comandar a economia mundial. Sem o impulso produtivo, fica cada vez mais difícil crescer. As grandes economias não crescem mais do que 2%. O Brasil dos anos Lula e do primeiro mandato de Dilma foi uma das exceções.

### A força do dinheiro que não gera emprego

Os ativos financeiros circulando no mundo antes da crise 2008-2010 eram da ordem de 860 trilhões de dólares. Já o PIB somado de todos os países (toda a riqueza PRODUZIDA por esses países) estava na casa dos 60 trilhões de dólares, ou seja, catorze vezes menos.

### O valor trabalho perdeu peso na vida econômica

Hoje você gera riqueza e valor sem passar pelo trabalho. Esse é o caráter fundamental da financeirização. O valor trabalho perdeu peso relativo na vida econômica. Para entender o que está acontecendo no Brasil é preciso ver o que está acontecendo no mundo.

“ Agora se pode ganhar bilhões com o dinheiro certo, no lugar certo, na hora certa. Sem gerar um único emprego” .

### No Brasil, ao contrário de outros países, o sistema financeiro é oligopolizado

Mesmo com o processo mundial de financeirização há diferenças em como os países adaptam suas economias a este sistema. O nosso sistema financeiro é oligopolizado, controlado por poucos agentes. Na Alemanha e no Canadá o sistema é descentralizado, a força não está concentrada nos grandes grupos econômicos. No Brasil, o poder econômico (e político) de ganhar dinheiro, muito dinheiro, sem gerar bens e empregos, está na mão de poucos, muito poucos. E eles respondem pela alcunha de “ mercado” .



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

“Se eu falar cinco nomes de bancos aqui do Brasil vocês não vão lembrar os nomes dos outros”

### Quem cavou o buraco da dívida foram os juros altos e não os gastos sociais

O déficit fiscal no Brasil começa quando começa o processo de financeirização da nossa economia. No pós-guerra, o Brasil sempre teve superávit. E foi esse superávit que pagou o desenvolvimento do país nos anos de Vargas, Juscelino e em boa parte do período do governo militar. Quem faliu o Brasil não foi a crise do petróleo dos anos 70. Foi o aumento dos juros nos anos 80.

Os Estados Unidos rompem com o acordo de Breton-Woods e jogam os juros para cima. Pagávamos 8% e passamos a pagar 21%. Deixamos de nos endividar para bancar o desenvolvimento da economia nacional e passamos a nos endividar para pagar os juros da dívida.

### Da dívida externa para a dívida interna

O Brasil engatou nessa dinâmica internacional da financeirização. O Brasil sempre engata. Querem dizer que a gente não é importante. Mas nós somos importantes, sim. Engatamos no comércio internacional no século XVI tocado pelas metrópoles colonizadoras, engatamos no desenvolvimentismo do pós-guerra e engatamos, a partir dos anos 80, na financeirização da economia.

O boom dos juros americanos derruba a economia mexicana, que declara moratória. O capital internacional, com medo de que o (gigante) Brasil seja o próximo, fecha a torneira de recursos para o país. O governo então muda sua política. Ao invés de nos endividarmos externamente, passamos a rolar uma dívida financeira interna, através da emissão de títulos. Os aplicadores agora estão no Brasil (grandes bancos e empresas). Não dá para decretarmos moratória porque o estouro vai acontecer aqui dentro e não fora do país, como ocorreu no caso do México.

### A boa vida dos rentistas: a aliança do setor produtivo com o setor financeiro

O que é dívida interna? Ela surge quando o governo emite títulos. E quem compra esses títulos? Os grandes bancos e as grandes empresas do setor produtivo. Aí entra uma conta que o credor faz: vale mais a pena comprar mais máquina e contratar

peçoal para aumentar a produção (o que vai gerar emprego e renda para os trabalhadores e o país) ou financiar o governo? Se os juros são altos, nesta conta vai valer mais a pena financiar o governo. Esses são os rentistas. Lucram muito, produzindo muito pouco. Ou nada.

### A PEC 55 invisibiliza a participação das despesas financeiras no déficit do governo

Um governo possui despesas primárias e despesas financeiras. As despesas primárias são aquelas relacionadas ao pagamento de pessoal, custeio da máquina pública, transferências e investimentos. As despesas financeiras são aquelas para pagamento da dívida e dos juros da dívida pública. Lembre-se: dívida com os grandes bancos e as grandes empresas do setor produtivo.

Mas você não ouviu falar em propostas para reduzir a despesa com o pagamento da dívida, ouviu? A PEC 55 só foca nos cortes e no congelamento das despesas primárias e é aí que estão os gastos e investimentos sociais em saúde e educação.

### Quando a economia vai bem, tudo vai bem. Quando vai mal, alguém tem que pagar a conta

Quando a economia vai bem, o superávit primário vai bem (o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros). Foi assim durante os dois mandatos do presidente Lula e quase todo o primeiro mandato da presidenta Dilma. Nossas receitas foram maiores do que nossas despesas.

Tivemos superávit no Brasil até 2013. Em 2014 o saldo ficou negativo em 0,4 e em 2015 em 1,8. Em resumo, quando a economia vai mal (já ouviram falar na crise internacional, certo?) o superávit também vai mal. E isso significa que sobra menos recursos para o governo pagar os rentistas (aqueles que não produzem bens nem empregos, mas ganham muito dinheiro). Alguém tem que pagar essa conta, entende?

A PEC 55 e a falácia de que a Constituição de 1988 inviabilizou o Brasil

Os defensores da PEC 55 dizem que o Brasil não cabe na Constituição de 1988, que a Constituição aumentou muito as despesas (direitos) sociais e o Brasil não aguenta.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/289417-1>

08/11/2016 - Altamiro Borges

## Nos tribunais, a lei da selva capitalista

Tribunal por tribunal, o Judiciário brasileiro vai adotando, como regra, a lei da selva.

Ou, em carioquês, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Depois de diversas decisões anti-trabalhistas, o Supremo Tribunal Federal está às vésperas de liberar a terceirização indiscriminada (ou quase) do trabalho.

O que significa, num pequeno resumo extraído do manifesto da Associação dos Juizes pela Democracia (ainda os há): 24,7% a menos de salário e três horas a mais de trabalho por semana, além de rotatividade 50% maior e frequente calote nos direitos trabalhistas. Além de responderem, os terceirizados, por 80% dos acidentes de trabalho e percentual idêntico dos apanhados em situação análoga à escravidão.

É a liberdade, proclamarão alguns de nossos togados deuses.

As divindades menores também cumprem sua parcela na promoção da barbárie. O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo “liberou geral” o uso de balas de borracha – aquelas que cegam pessoas,



lembra? – pela PM contra manifestação, antes limitadas às situações de confronto generalizados e, óbvio, agressão ao policial.

Segundo o presidente do TJ-SP, Paulo Dimas Mascaretti, a limitação poderia deixar “em dúvida” o policial.

Agora, não tem dúvida, pode mandar bala.

Porque, diz o desembargador, ali na manifestação, ‘em meio a manifestantes ordeiros e bem intencionados’ estão “outros tantos com objetivos inconfessáveis (‘black blocs’, arruaceiros e ladrões oportunistas)”. (parênteses, veja como a tolerância com os imbecis mascarados facilitou a vida dos trogloditas)

O “prende logo” policial que nossa Justiça assumiu vai se desdobrando nas suas longas mãos, que não se espere que vá ser moderado lá na ponta, se não é na cabeça.

Enquanto os lobos passeiam com as presas à mostra, encontro alguns coelhos preocupados em fazer auto-análise.

Depois não entendem porque perdem a periferia e na periferia.